



REVES - Revista Relações Sociais (eISSN 2595-4490)

**Serviço Social e encontro com o passado: as raízes históricas da profissão no Amazonas na década de 1960**

**Social Work and the encounter with the past: the historical roots of the profession in Amazonas in the 1960s**

**Maria Estefania da Silva Soriano**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1152-5142>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: [mariasilva.ufam@gmail.com](mailto:mariasilva.ufam@gmail.com)

**Roberta Ferreira Coelho de Andrade**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6535-0760>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: [robertaferreira@ufam.edu.br](mailto:robertaferreira@ufam.edu.br)

Article Info:

Article history: Received 2024-07-08

Accepted 2024-13-15

Available online 2024-12-15

doi: 10.18540/revesv17iss2pp21104



**Resumo.** Este artigo analisa o funcionamento da Escola de Serviço Social de Manaus, no estado do Amazonas – Brasil, na década de 1960, abordando a organização da formação profissional e os determinantes históricos que influenciaram sua incorporação à Universidade do Amazonas. Utilizando o método do Materialismo Histórico-Dialético, a pesquisa teve delineamento bibliográfico e documental, com importante acesso a fontes primárias que não passaram por qualquer processo de análise anterior. Foram catalogados e analisados distintos tipos de documentos localizados no Arquivo Central e no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. Através do resgate histórico, os resultados revelaram que, entre 1941 e 1968, a formação teórico-prática promovida pela Escola refletia as influências franco-belga, higienista e norte-americana. A partir do ano de 1968, sob a gestão da Fundação Universidade do Amazonas, a incorporação da Escola à Universidade trouxe novos desafios e oportunidades para a expansão da formação em Serviço Social no estado do Amazonas.

**Palavras-chave:** História. Serviço Social. Amazonas. formação profissional.

**Abstract.** This article analyses the functioning of the Manaus School of Social Work, in the state of Amazonas - Brazil, in the 1960s, looking at the organization of professional training and the historical determinants that influenced its incorporation into the University of Amazonas. Using the method of Historical-Dialectical

---

Materialism, the research had a bibliographic and documentary design, with significant access to primary sources that had not undergone any previous process of analysis. Different types of documents located in the Central Archive and the Department of Social Work at the Federal University of Amazonas were catalogued and analyzed. The results revealed that, between 1941 and 1968, the theoretical and practical training provided by the school reflected Franco-Belgian, hygienist and North American influences. From 1968 onwards, under the management of the University of Amazonas Foundation, the incorporation of the School into the University brought new challenges and opportunities for the expansion of Social Work training in the state of Amazonas. **Keywords:** History. Social work. Amazonas. professional training.

---

## 1. Introdução

O Serviço Social no Brasil se aproxima dos seus 90 anos de história, sendo esta marcada por momentos de lutas, avanços e grande resistência. No contexto do Amazonas, sua trajetória já se estende por mais de 80 anos, tendo sua origem vinculada à fundação da primeira Escola de Serviço Social na Região Norte do Brasil em 1941, estabelecida na cidade de Manaus, capital urbana do estado do Amazonas.

Este artigo propõe evidenciar o percurso histórico do Serviço Social no Amazonas com foco nos anos de 1960, o que implica em revisitar suas origens e seu desenvolvimento ao longo do tempo. Nesse sentido, ao considerarmos o estudo do percurso pelo qual caminhou a profissão em determinado período de sua história, compreende-se ser essencial reconstruir os eventos que marcaram os primeiros passos do Serviço Social amazonense, como a criação e a institucionalização da Escola de Serviço Social de Manaus. Reexaminar esse processo é também fundamental para entender a história da profissão no Brasil.

Apesar de mais de 80 anos de jornada do Serviço Social no Amazonas, percebe-se que sua historiografia, enquanto escritora do seu passado, ainda é bastante escassa, visto que há poucos estudos e pesquisas que abordam a temática. Embora haja a contribuição de Montenegro (1986), que analisou os primeiros anos de funcionamento da Escola na década de 1940, são poucos os avanços científicos ocorridos após esse período, resultando em uma década de 1960 coberta por incógnitas quanto à história da profissão na região e o funcionamento da Escola.

Observa-se que a Escola de Serviço Social de Manaus, mesmo como uma das pioneiras no Brasil — a sétima a ser estabelecida no país —, não está devidamente documentada na historiografia do curso em nível nacional. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo contribuir com a categoria profissional e investigar a estrutura de funcionamento da Escola de Serviço Social de Manaus, assim como o seu processo de incorporação à Universidade do Amazonas (UA) na década de 1960.

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho está organizado em três partes. Na primeira, analisamos um pouco sobre o Serviço Social na história e a importância da relação entre ambos; na segunda, apresentamos o percurso histórico da profissão no estado do Amazonas, desde sua gênese ao funcionamento do curso em 1960; para, então, na terceira parte, discutimos sobre as nuances em meio ao processo de incorporação da Escola à UA nos anos de 1960 — eventos que constituem uma parte essencial da memória do Serviço Social no Amazonas durante esse período.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica e documental, a última tendo sido realizada pelo Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na

---

Amazônia (ESTRADAS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), nos âmbitos do Arquivo Central da UFAM e do Acervo documental do Departamento de Serviço Social da UFAM. Ao utilizarmos o método do Materialismo Histórico-Dialético, a pesquisa busca reconhecer o Serviço Social como uma profissão constituída historicamente. Isso envolve considerar seu passado, presente e futuro sob uma perspectiva de totalidade.

Em suma, torna-se necessário destacar que este trabalho é um recorte de uma pesquisa realizada para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2023/2024), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado aos projetos guarda-chuvas “Serviço Social no estado do Amazonas entre sombras e luzes: historiografia, formação e trabalho profissional”, “Serviço Social entre reminiscências e hodiernidade: historiografia, formação e trabalho profissional no Amazonas” e “Entrelaçando passado e presente: Serviço Social e políticas públicas no estado do Amazonas”, desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa ESTRADAS e financiados pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>1</sup>.

## 2. Serviço Social na história

Ford (2019), ao analisar a compreensão de François Hartog sobre a história, conta que essa categoria está profundamente relacionada a aspectos como lugar, tempo, classe e gênero, os quais deveriam ser considerados na construção teórica da história ao invés de reduzi-la unicamente ao passado. Além disso, Hartog (2013 apud Ford, 2019) defende que a história se divide em diferentes tempos parciais, locais ou específicos, já que cada acontecimento estudado pelo historiador possui uma temporalidade própria, que não pode ser dissociada.

Essa perspectiva corrobora com a concepção de Hobsbawm (2013) sobre a história, que a vê como um processo que acompanha o tempo, se redimensiona e se ressignifica. Para o autor, a história precisa ser compreendida como uma unidade que incorpora passado, presente e futuro, podendo ela ser universalmente apreendida, mesmo que a capacidade humana de recordá-la e registrá-la seja limitada, resultando em uma categoria que carrega diferentes interpretações de si mesma dependendo de sua origem.

“Rever o passado para iluminar o presente, elucidando as constelações que ligam presente e passado, é um movimento heurístico fundamental para compreender tanto o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 28), logo, pensar no Serviço Social sob uma perspectiva histórica significa ir além do que o rodeia, impregnando-o de história e situando-o na sociedade contemporânea como resultado e manifestação das influências econômicas, sociais, políticas e culturais.

Entender o Serviço Social “dentro da história”, e não apenas como “uma história do Serviço Social”, significa reconhecer a profissão como uma categoria situada historicamente, que se encontra em constante movimento e sujeita a mudanças ao longo da história. A análise das contradições sociais, que fazem parte desse processo,

---

<sup>1</sup> Este artigo, vinculado às pesquisas do Grupo ESTRADAS, foi desenvolvido no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

---

possibilita compreender os fatores que dão origem aos eventos históricos e desvendar as incógnitas em meio a esses acontecimentos (Iamamoto; Santos, 2021).

A ideia de “movimento” está intrinsecamente ligada à construção da história, e o Serviço Social tem cada vez mais “[...] se apropriado da noção de memória para discutir a profissão na tentativa de reconstruir sua trajetória histórica” (Ford, 2019, p. 15), e, como destacado anteriormente, que o conceito de história perpassa pelas discussões sobre a realidade social, percebe-se a forma como essa categoria incorporou “[...] os compromissos políticos do presente, alinhando-os com a prática profissional” (Ford, 2019, p. 15).

E ao refletir sobre o Serviço Social na história, consideramos tanto a origem da profissão quanto o contexto de seu surgimento. Desse modo, destaca-se a perspectiva histórico-crítica apresentada por Montaño (2007), que se refere a uma forma de interpretação da gênese do Serviço Social como resultado de uma síntese dos projetos político-econômicos que influenciam no desenvolvimento histórico, no qual o profissional desempenha um papel político na divisão sociotécnica do trabalho.

No panorama da reprodução das relações sociais, entre as classes e destas com o Estado, Iamamoto e Carvalho (2006) afirmam que a profissão de Serviço Social:

[...] contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 122).

O Serviço Social esteve presente no quadro de aprofundamento do capitalismo monopolista na sociedade brasileira, “como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 122). Dessa forma, tanto em nível nacional quanto regional, o Serviço Social emerge do espraiamento das desigualdades sociais nas grandes cidades e na exigência de respostas pelo Estado.

Com o advento do capitalismo monopolista, os movimentos reivindicatórios da classe operária passaram a representar uma grande ameaça para os interesses da classe burguesa. No momento em que essas mobilizações passaram a ganhar força política, o Estado se viu encurralado a implementar políticas assistenciais que atendessem às suas demandas. No Brasil, isso se mostrou através da expansão da industrialização, ainda com uma forte influência religiosa decorrente da Igreja Católica (Andrade *et al.*, 2022).

Segundo Ford (2019), a construção das bases teórico-metodológicas e ético-políticas no Serviço Social brasileiro, que protagonizou um avanço na profissão ao buscar romper com a herança conservadora a partir da compreensão da luta de classes, iniciou-se apenas nos anos de 1960. Tal movimento de contestação aos fundamentos técnico-operativos e às correntes ideológicas que orientavam o trabalho dos profissionais na época surgiu em um contexto de crise e agitação política na América Latina, caracterizado pela intervenção internacional nos assuntos internos do Brasil, que facilitou o golpe de 1964.

Esse acontecimento representou um grande período histórico no Estado brasileiro: a instauração de um regime ditatorial de cunho civil-militar que alcançou todo o território nacional, sem exceção. Netto (2014, p. 77), ao discorrer sobre o golpe de 1964, afirma que “significou a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão das linhas de força que historicamente marcaram a formação brasileira [...], foi inequivocamente reacionário”.

---

A relação entre o Serviço Social e o período ditatorial durante os tempos mais fervorosos da ditadura civil-militar no Brasil, envolveram momentos de lutas em meio a cenários de extrema violência e resistência, estando parte da categoria profissional empenhada em estabelecer um Serviço Social de caráter crítico. Andrade *et al.* (2022) contam que a profissão, a partir da teoria social crítica, passou a evidenciar o profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho, comprometido com a classe trabalhadora e finalmente reconhecendo-se como parte dela também.

O Serviço Social, como profissão, se desenvolve em resposta às mudanças históricas, adaptando-se às necessidades emergentes que se apresentam ao longo do tempo, a depender de aspectos que envolvem o contexto político, econômico, social e cultural. Esse resgate histórico nos permite reconhecer a memória como fundamental na compreensão do avanço da profissão e em como a história do Serviço Social no Brasil e no estado do Amazonas também pode estar interligada. A história não só contextualiza o Serviço Social e o situa como uma profissão constituída historicamente, mas também enriquece seu trabalho profissional.

### **3. Serviço Social no Amazonas: da gênese ao funcionamento do curso na década de 1960**

No contexto do estado do Amazonas, Montenegro (1986) conta que a profissão surgiu devido à falta de uma formação especializada para controlar os problemas apresentados na época, necessitando de técnicas específicas para intervir em diferentes áreas com demandas emergentes. Nessa perspectiva, a Escola de Serviço Social de Manaus foi estabelecida em 1941 como intermediária para questões socioeconômicas, políticas e históricas do período, principalmente no que adveio da economia gomífera e dos projetos de desenvolvimento econômico implantados na região durante a ditadura civil-militar no Brasil.

O período econômico da borracha se dividiu em duas etapas: a primeira, no século XIX (1877-1910) — motivada pela II Revolução Industrial; a segunda, durante a II Guerra Mundial (1942-1945). Embora esse acontecimento tenha representado para a região um grandioso momento de avanço, foi um processo que trouxe miséria para o estado, em especial à cidade de Manaus. No fim, a Batalha da Borracha (1942-1945), assim como afirma Fausto (2006, p. 112), “[...] teve pouco resultado em termos econômicos e representou um desastre social”.

Com o declínio da economia gomífera e o intenso êxodo rural, na Amazônia e no estado do Amazonas, se “[...] evidenciaram inúmeras expressões da questão social, como: fome, miséria, mendicância, exploração do trabalho, trabalho infantil, prostituição e degradação humana” (Andrade *et al.*, 2022, p. 5). Percebe-se que a persistência de um cenário de exploração dos trabalhadores mostrava uma tendência a acentuar o estado de desamparo e insalubridade dos indivíduos (Silva, 2015).

Naquela época, os trabalhadores já não contavam apenas com a assistência prestada pelas “moças boazinhas” da sociedade, mas se apoiavam também nos serviços oferecidos pelo Círculo Operário, “[...] um grupo de estudos e serviços básicos criado em 1939, que se dedicava a indagar e atenuar os problemas sociais daquele período” (Andrade *et al.*, 2022, p. 5), desenvolvido pelo desembargador André Vidal de Araújo, uma figura importantíssima para a história do Serviço Social no Amazonas.

De acordo com Montenegro (1986, p. 77), “[...] em 16 de novembro de 1940, a Escola de Serviço Social de Manaus começou a funcionar no próprio Círculo Operário, mas sua fundação oficial só ocorreria no ano seguinte, em 15 de janeiro de 1941”. E assim, partindo do interesse de obter o ideal de uma organização dos serviços assistenciais, André Vidal de Araújo e sua família, juntamente do apoio governamental,

---

fundaram a primeira Escola de Serviço Social da Região Norte, reconhecida pelo Governo do Estado do Amazonas através do Decreto Nº 1889, de 13 de junho de 1943, e pelo Governo Federal Nº 41.463, em 7 de maio de 1957.

A Escola inicialmente era operada sob a supervisão do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e do Juiz Tutelar de Menores. Este último, além de Diretor da Escola, era responsável pela nomeação dos professores, assim como do Secretário, Bibliotecário, Diretor da Revista Social e Chefe da Oficina de Assistência Social, que fornecia todas as informações e orientações sobre os espaços socioassistenciais da região à época. A instituição também contava com um Tesoureiro (Diário Oficial da União, 1941).

Durante as décadas de 1940 e 1960, a Escola de Serviço Social de Manaus passou por várias alterações em sua estrutura, regimento e processos de formação e ingresso. Montenegro (1986) destaca mudanças no ensino, nas taxas e nos critérios de admissão. Contudo, essas transformações não se limitaram apenas ao âmbito formativo e estrutural da Escola (Andrade *et al.*, 2023), nem foram exclusivas à profissão no Amazonas. Na verdade, o Serviço Social no estado teve sua gênese e desenvolvimento diretamente atrelados ao Serviço Social no Brasil e na América Latina.

Em uma carta escrita por André Araújo, ele menciona o fato de que a Escola de Serviço Social de Manaus surgiu como uma reprodução da Escola de Serviço Social de São Paulo, mas que também se sentiu instigado a trazer para o Amazonas um tipo de ensino que formasse profissionais voltados para as problemáticas da região, e que para isso estudou as organizações do Rio de Janeiro e de Pernambuco, as Escolas de Serviço Social da Universidade de Loyola, de Colúmbia, de Indianópolis, de Pittsburgh, da Universidade Buffalo, da Universidade de Chicago, da Escola de Serviço Social do Peru, do Chile — englobando experiências suficientes para que surgisse o Serviço Social amazonense.

Ao analisarmos o contexto histórico e político do Brasil, que influenciou o desenvolvimento de serviços socioassistenciais como uma iniciativa estatal e impulsionou o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social na década de 1930, percebemos a influência significativa das abordagens e ações políticas do movimento higienista. Relacionado ao Serviço Social franco-belga, proveniente do doutrinário católico, isso levou à inclusão de uma formação higienista clara e direta no currículo das escolas, “[...] através de um forte conjunto de disciplinas do curso de graduação que apresenta clara correlação com a parte significativa da plataforma do movimento de higiene mental” (Vasconcelos, 2010, p. 129).

Após 1945, a influência norte-americana também começou a se fazer presente no Serviço Social brasileiro e, conseqüentemente, no Serviço Social amazonense, o que “[...] não significou uma ruptura com os princípios fundamentais da tradição higienista e doutrinária católica até então” (Vasconcelos, 2010, p. 129). Com ênfase no Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade, esta perspectiva também se refletiu na matriz curricular do curso no Amazonas, influenciando a formação e a metodologia de ensino da Escola.

Nesse sentido, Montenegro (1986) revela que a Escola de Serviço Social de Manaus, em seus primeiros anos de regência, era inteiramente estruturada por uma base ideológica aos moldes da tendência nacional, fortemente ligada aos modos adotados pela Escola de Serviço Social de São Paulo e às influências franco-belga, norte-americana e higienista (Andrade *et al.*, 2022). Isso se tornou evidente através das disciplinas presentes na matriz curricular do curso — conforme apresentado no quadro abaixo — e na metodologia de ingresso dos estudantes.

Quadro 01 – Matriz curricular do curso de Serviço Social na Escola de Serviço Social de Manaus

Regimento de 1941	Regimento de 1954	Regimento de 1965
Moral; Psicologia; Sociologia; Direito civil; Serviço Social; Contabilidade; Biologia; Higiene e Enfermagem; Puericultura; Alimentação e Dietética; Economia doméstica; Psicologia experimental; Noções de Psiquiatria Forense; Economia Social e Política; Estatística e Demografia; Direito penal; Código de menores; Higiene Individual e Escolar; Técnica do trabalho social.	Sociologia; Higiene e Medicina Social; Psicologia; Higiene mental; Direito; Economia social; Estatística; Legislação social; Ética geral e profissional; Métodos do Serviço Social; Introdução e fundamentos do Serviço Social; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo; Organização social de Comunidade; Administração de obras sociais; Pesquisa social; Serviço Social em suas especializações: família, menores, trabalho e medicina.	<b>a) Disciplinas obrigatórias:</b> Introdução ao Serviço Social; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupos; Desenvolvimento e organização da Comunidade; Administração em Serviço Social; Psicologia; Sociologia; Ética; Pesquisa social; Economia social; Direito; Higiene e Medicina Social.  <b>b) Disciplinas optativas:</b> Antropologia; Doutrina social da Igreja; Etnologia; Linguística Tupi-Guarani.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Diário Oficial da União (1941); Araújo *et al.* (1954); Araújo *et al.* (1965).

Uma das maiores novidades que pudemos observar foi no Regimento de 1965 da Escola. Nele, as disciplinas do curso foram reorganizadas, dividindo-se em obrigatórias e optativas. Segundo Araújo *et al.* (1965), o curso passou a ter uma duração de quatro anos, com o ensino ministrado em salas de aula, anfiteatros, círculos de estudos, visitas, estágios, laboratórios etc. Os métodos avaliativos incluíam o repasse de arguições, trabalhos práticos, provas e exames para cada uma das matérias, com média igual ou superior a sete pontos.

Outra curiosidade presente no Regimento de 1965 da Escola foram as disciplinas do curso de Serviço Social que passaram a ser agrupadas, para fins didáticos, científicos e administrativos, em departamentos: Departamento de Serviço Social; Departamento de Sociologia; Departamento de Ciências Propedêuticas; Departamento de Psicologia e Ética; Departamento de Administração e Higiene Puericultura. As disciplinas eram divididas entre os cinco departamentos, sendo eles chefiados por um professor designado por ato do Diretor e aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo da Escola (Araújo *et al.*, 1965).

Quadro 02 – Categorização aproximada das disciplinas do curso de Serviço Social na Escola de Serviço Social de Manaus em relação às perspectivas franco-belga, higienista e norte-americana

Influências ideológicas	Regimento de 1941	Regimento de 1954	Regimento de 1965
<b><u>Influência franco-belga</u></b>	Moral.	Ética geral e profissional.	Ética; Antropologia ( <b>Optativa</b> ); Doutrina social da Igreja ( <b>Optativa</b> ); Etnologia ( <b>Optativa</b> ).
<b><u>Influência higienista</u></b>	Noções de Psiquiatria Forense; Puericultura; Higiene e Enfermagem; Higiene Individual e Escolar.	Higiene e Medicina Social; Higiene mental.	Higiene e Medicina Social.

<b><u>Influência norte-americana</u></b>	Sociologia; Técnica do trabalho social.	Sociologia; Métodos do Serviço Social; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo; Organização Social de Comunidade; Serviço social em suas especializações: família, menores, trabalho e medicina.	Sociologia; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo; Desenvolvimento e organização da Comunidade.
<b><u>Cruzamento de mais de uma influência</u></b>	Alimentação e Dietética; Economia doméstica; Psicologia; Psicologia experimental;	Psicologia.	Psicologia.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Diário Oficial da União (1941); Araújo *et al.* (1954); Araújo *et al.* (1965).

As informações apresentadas no quadro resultam de uma tentativa aproximada de relacionar as disciplinas que constavam nos regulamentos que regiam a Escola de Serviço Social de Manaus às correntes ideológicas predominantes no Serviço Social brasileiro, buscando compreender de que forma a Escola aderiu ou não a essas perspectivas. Não se trata de uma categorização inquestionável, foi um exercício que acaba por nos evidenciar a incidência de diferentes influências. A partir disso, observou-se que algumas disciplinas da matriz curricular do curso de Serviço Social refletiam as influências franco-belga, higienista e norte-americana na formação teórica e prática da profissão, que surgiram e se perpetuaram ao longo dos anos.

Além disso, o processo de admissão dos estudantes, destacado originalmente no Regulamento de 1941 da Escola de Serviço Social de Manaus — que continuou presente tanto no Regimento de 1954 quanto no de 1965 —, baseava-se na comprovação de idoneidade moral e na apresentação de um atestado de sanidade física e mental (Diário Oficial da União, 1941). Esse procedimento também espelhava a influência higienista e extremamente conservadora sobre a profissão no estado do Amazonas.

O estudo dos três Regimentos que definiram a estrutura e o funcionamento da Escola durante seus 27 anos de existência, antes de sua incorporação à Universidade do Amazonas (UA) em 1968, mostrou o quanto a instituição buscou se ajustar ao longo das décadas. No entanto, permaneceu sob forte influência das correntes ideológicas que moldaram a formação profissional no estado: franco-belga, higienista e norte-americana. Isso se tornou evidente ao examinar as disciplinas da matriz curricular e o processo de ingresso dos estudantes, que retratavam uma formação conservadora desde a fundação da Escola de Serviço Social de Manaus.

#### **4. A incorporação da Escola de Serviço Social de Manaus à Universidade do Amazonas**

Apesar de não ter sido possível identificar uma data exata, os documentos analisados indicam que as negociações para a agregação da Escola de Serviço Social de Manaus à Universidade do Amazonas (UA), que visava a expansão da formação em Serviço Social no estado, iniciaram na segunda metade da década de 1960. Além do cenário socioeconômico que cercava o período, outras motivações relacionadas à

---

permanência dos professores, funcionários e da própria infraestrutura da Escola também impulsionaram tal processo.

Andrade *et al.* (2023) afirmam que durante 27 anos de existência, até 1968, a Escola funcionava por meio da iniciativa privada. O fundador e diretor da instituição, André Vidal de Araújo, recebia recursos para o funcionamento da Escola por meio de doações e parcerias externas, advindas tanto do cenário brasileiro, quanto do exterior. O processo de agregação e incorporação da Escola à UA representou uma determinada autonomia de organização da Escola, mesmo estando sob o domínio administrativo e financeiro da Fundação Universidade do Amazonas (FUA).

A Universidade do Amazonas, originalmente conhecida como Escola Universitária Livre de Manáos, foi criada em 1909 e renomeada como Universidade de Manáos em 1913. Sua instalação oficial ocorreu em 3 de julho de 1964, durante a 18ª reunião do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas, que foi criada um tempo antes, em 12 de junho de 1962, pela Lei Federal Nº 4.069. A Universidade foi formalmente estabelecida como Fundação de Direito Público mantida pela União Federal em 17 de janeiro de 1965.

Em 18 de janeiro de 1965, foi instalado o Conselho Universitário da Universidade do Amazonas, que funcionava como órgão normativo, consultivo e deliberativo. Conforme a Resolução Nº 01/65 do Conselho Universitário, datada de 26 de fevereiro de 1965, constatou-se que os cursos das Faculdades de Direito, Ciências Econômicas e Filosofia, Ciências e Letras, anexados à UA, também operavam por meio da iniciativa privada, através da cobrança de anuidade escolar dos alunos (Universidade do Amazonas, 1965).

O documento indica que o valor arrecadado das anuidades escolares era destinado à instalação e manutenção de bibliotecas das Faculdades beneficiadas. O vice-reitor em exercício da Universidade do Amazonas naquele ano, José Augusto Teles de Borborema, determinou no Art. 1º da Resolução que a cobrança das anuidades escolares seguiria os seguintes critérios:

- a) Anuidade será de 2/3 sobre o salário mínimo do Estado, de acordo com a Resolução do forum [sic] Universitário;
- b) Anuidade acima mencionada será cobrada em duas cotas: a primeira no ato da matrícula e a segunda no primeiro mês do segundo período letivo;
- c) Será concedida a gratuidade, pelo Diretor, para o estudante que, no ato da matrícula, alegar insuficiência de recursos;
- d) A gratuidade concedida poderá ser revista a qualquer momento (Universidade do Amazonas, 1965, p. 2).

No ano de 1966, a UA manteve a cobrança de anuidades escolares dos acadêmicos e expandiu o estabelecimento de taxas a serem pagas. Na Resolução Nº 31/66, de 19 de dezembro de 1966, o reitor fixou o valor de taxas relacionadas a: inscrições em concurso de habilitação; taxa de assistência ao Diretório Acadêmico; taxa de matrícula; taxa de frequência por cada disciplina/período; inscrição em provas finais por cada matéria; guia de transferência; certidões de frequência das disciplinas, revalidação de diploma e demais certidões não especificadas; diplomas de doutorado e graduação; inscrição em provas para revalidação e em concurso para professor catedrático, adjunto e assistente; e segunda via da caderneta escolar do aluno (Universidade do Amazonas, 1966).

É relevante salientar que todos os recursos obtidos por meio das anuidades escolares e das taxas cobradas pela instituição universitária, recolhidos no prazo máximo de trinta dias após o recebimento pelas Faculdades, eram destinados aos cofres

---

da Fundação Universidade do Amazonas (FUA). Naquela época, a FUA era responsável pela administração dos recursos privados da Universidade do Amazonas.

No mesmo ano de 1966, o processo de integração da Escola de Serviço Social de Manaus à UA já se encontrava em andamento, resultando na Resolução Nº 06/67, de 21 de fevereiro de 1967, do Conselho Universitário, que agrega a Escola à UA (Universidade do Amazonas, 1967a). Contudo, antes que houvesse um acordo final, diversas reuniões ocorreram entre os representantes de ambas as instituições para desenvolver uma proposta que atendesse tanto aos critérios da Escola quanto aos da Universidade.

Através do Processo Nº 271/67, que formalizou o acordo de agregação da Escola à UA, foram emitidos dois pareceres favoráveis. Andrade *et al.* (2023) relatam que o primeiro parecer, emitido pelo Conselheiro Guilherme Pinto Nery, corresponde à Resolução Nº 06/67 citada anteriormente. O segundo Parecer, emitido pelo relator do processo, Dr. José Augusto Telles de Borborema, também foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Diretor em 30 de março de 1967 (Universidade do Amazonas, 1967b). Posteriormente, houve o Processo Nº 735/67 - Resolução Nº 418/67, feito por Oyama Cezar Ituassu da Silva em 22 de julho daquele ano.

A aprovação da agregação ocorreu em 28 de julho de 1967, com algumas sugestões para ajustes no Termo de agregação da Escola à Universidade do Amazonas. A Escola deixou claro que não aceitaria sua agregação à UA sem que fossem levados em consideração os critérios apresentados, que incluíam remuneração para professores e servidores; liberdade na contratação de docentes; respeito integral ao tempo de serviço dos professores atuais; retroatividade financeira etc. (Universidade do Amazonas, 1967b). A Escola também pretendia seguir com a doutrina social da Igreja, caso fosse incorporada à Universidade.

Embora a agregação da Escola à UA fosse um objetivo comum para ambas as instituições, houve um significativo embate entre elas. A principal causa do conflito foi a resistência da Universidade em aprovar a inclusão da perspectiva cristã na matriz curricular do curso. Apesar disso, a Diretoria da Escola não cedeu em suas exigências à UA sobre o processo de vinculação. Ao considerar o novo Processo Nº 08/68, Andrade *et al.* (2023) contam que o reitor da UA, Dr. Juary Guimarães de Souza Marinho, enviou à Escola o Ofício GR Nº 656/68, no qual apresentava uma nova proposta de agregação que levava em conta as exigências da Diretoria da Escola (Universidade do Amazonas, 1968a).

Após um parecer positivo da Escola sobre a nova proposta para a agregação da instituição, ocorreu a apresentação do Termo de Convênio entre a Escola de Serviço Social de Manaus e a Fundação Universidade do Amazonas (FUA), sendo aprovado e respectivamente assinado pelos representantes de ambas. A incorporação da Escola à UA foi então oficialmente aprovada pela Resolução Nº 02/68, de 19 de fevereiro de 1968, em seu Art. 1º (Universidade do Amazonas, 1968b).

Além disso, a referida Resolução também apresentava outras exigências que envolviam a proposta da Diretoria da Escola para a agregação e incorporação da instituição à UA, como descritas abaixo:

Art. 2º - A UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, assume, em decorrência da incorporação, os encargos financeiros resultantes da mesma.

Art. 3º - O patrimônio da Escola incorporada passa a integrar o patrimônio da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, devendo ser lavrado em notas públicas o ato competente, para os efeitos legais.

---

Art. 4º - Ficam mantidos em suas funções os atuais ocupantes dos cargos de magistério, técnico e administrativo da indicada ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL.

Art. 5º - A Escola incorporada passa a denominar-se ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL “ANDRÉ ARAÚJO” DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS.

Art. 6º - Fica a Reitoria autorizada a solicitar ao Conselho Diretor que o pagamento do pessoal docente, técnico-administrativo da Escola incorporada, seja feito por conta dos cofres da Fundação Universidade do Amazonas [...] (Universidade do Amazonas, 1968b, p. 1-2).

Com a incorporação da Escola à Universidade, a organização de seu funcionamento inevitavelmente passou por algumas mudanças, conforme indicado na Resolução de aprovação da incorporação e no Termo de Convênio entre a Escola e a FUA. A instituição, fundada por André Vidal de Araújo, continuou sendo composta principalmente por pessoas próximas a ele, mas deixou de oferecer o curso de Serviço Social de modo gratuito e não contava mais com um corpo docente e técnico-administrativo voluntário.

O Ofício Nº 154/68, datado de 05 de novembro de 1968, da Diretoria da Escola à UA, revelou que a Escola de Serviço Social “André Araújo” começou a cobrar anuidades escolares de seus alunos, agora como uma Escola vinculada à Universidade do Amazonas e administrada pela FUA (Escola de Serviço Social “André Araújo”, 1968). Essas mudanças históricas que envolveram a Escola deixaram claro que a incorporação foi uma necessidade intrínseca à realidade da instituição e da profissão na década de 1960.

A Escola não conseguiria operar por muito tempo sem estabilidade financeira e organização administrativa, dependendo apenas de recursos externos. Em paralelo a isso, André Araújo já entendia que a formação fornecida pela Escola era insuficiente para o contexto social da época, necessitando expansão e meios de manutenção. Contudo, o processo de incorporação não ocorreu de forma linear; a Escola passou por diversos momentos delicados nos meses posteriores. Diversos ofícios foram trocados entre a Diretoria da Escola, a UA e a FUA, abordando problemas recorrentes de infraestrutura no prédio que abrigava a Escola e os constantes atrasos no pagamento das contas de água, luz e telefone da instituição.

No que se refere à expansão da formação em Serviço Social na cidade de Manaus e no estado do Amazonas, a Resolução Nº 40/68, de 02 de dezembro de 1968, indicou que isso gradualmente se tornou possível. O documento estabeleceu o número de trinta vagas para a primeira série do curso de Serviço Social no vestibular da UA para o ano letivo de 1969 (Universidade do Amazonas, 1968c), tendo sido formados cerca de 38 bacharéis em Serviço Social entre 1968 e dezembro de 1969, que concluíram as disciplinas do curso e apresentaram suas respectivas teses (Universidade do Amazonas, 1973).

O processo de incorporação da Escola à Universidade representou um significativo avanço na formação profissional em Serviço Social no Amazonas. Tornou-se evidente que tanto a Universidade quanto a Escola buscavam benefícios com essa união: a Escola passou a contar com professores e servidores remunerados, obteve reconhecimento pelo trabalho realizado durante tantos anos, garantiu a possibilidade de expandir o curso de Serviço Social em todo o estado do Amazonas, como parte de uma Universidade de nível nacional, mesmo com diversas dificuldades presentes após a incorporação.

## **5. Considerações finais**

---

Apesar das limitações de tempo e espaço enfrentadas nesta pesquisa, conseguimos identificar, através dos documentos analisados, as principais ações que envolviam a Escola de Serviço Social de Manaus na década de 1960, as quais eram focadas no aspecto familiar e tradicional, com a teoria e a prática fortemente influenciadas pelas perspectivas franco-belga, higienista e norte-americana. Também foi possível compreender a organização funcional da Escola durante esse período e examinar as principais mudanças que ocorreram ao longo das décadas antes de sua incorporação à Universidade do Amazonas (UA).

Ao analisar os fatores históricos que influenciaram o processo de incorporação, reconhecemos a importância deste evento para a formação profissional no estado, mesmo com as dificuldades que trouxeram grandes mudanças após 1969. Esta pesquisa permitiu uma maior conexão entre o Serviço Social brasileiro e a história da profissão no Amazonas, que ainda é pouco explorada na historiografia do Serviço Social no Brasil. Contudo, é evidente que a trajetória do Serviço Social amazonense ainda tem um longo caminho pela frente. Certamente, essa jornada não termina aqui e, dependendo da atuação de seus profissionais, pesquisadores e acadêmicos, ainda há muito a ser descoberto e também relatado.

## Referências

- ANDRADE, R. F. C. de. *et al.* A Tessitura do Serviço Social no Amazonas: história e historiografia da profissão. *In:* PINHEIRO, H. A. *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e os desafios do tempo presente: historiografia e trabalho profissional.** Manaus: Editora EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.
- ANDRADE, R. F. C. de. *et al.* **Historiografia do Serviço Social no Amazonas: uma aventura de busca de suas raízes históricas.** XVII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2022.
- ARAÚJO, A. V. de. *et al.* **Regimento da Escola de Serviço Social de Manaus.** Manaus: Escola de Serviço Social de Manaus, 1954.
- ARAÚJO, A. V. de. *et al.* **Regimento da Escola de Serviço Social de Manaus.** Manaus: Escola de Serviço Social de Manaus, 1965.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Regulamento da Escola de Serviço Social de Manaus.** Manaus, 1941.
- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL “ANDRÉ ARAÚJO”. **Ofício Nº 154/68.** Manaus: Escola de Serviço Social “André Araújo”, 05 nov. 1968.
- FAUSTO, B. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso.** 3ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.
- FORD, J. V. O Serviço Social e o debate sobre tempo, história e memória. **Revista Serviço Social & Sociedade**, 52-69, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.165>>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- HOBBSAWM, E. **Sobre história.** São Paulo: Editora Companhia de Bolso, 2013.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos. (Orgs.) **A história pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.** 1ª ed. São Paulo: Editora Cortez, CNPq, 2021.
- MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

- 
- MONTENEGRO, R. de. C. **A criação da Escola de Serviço Social de Manaus.** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RJ), 1986.
- NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo: Editora Cortez, 2014.
- SILVA, M. P. M. **Serviço Social: da formação acadêmica ao exercício profissional.** Manaus: Editora EDUA, 2015.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Ata do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas.** Manaus, 30 mar. 1967b.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Ofício Nº 116/73.** Manaus: Universidade do Amazonas (UA), 17 jul. 1973.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Ofício Nº GR/656.** Manaus: Universidade do Amazonas (UA), 13 fev. 1968a.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Resolução Nº 01/65.** Manaus: Universidade do Amazonas (UA), 26 fev. 1965.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Resolução Nº 02/68.** Manaus: Universidade do Amazonas (UA), 19 fev. 1968b.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Resolução Nº 06/67.** Manaus: Universidade do Amazonas (UA), 21 fev. 1967a.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Resolução Nº 31/66.** Manaus: Universidade do Amazonas (UA), 19 dez. 1966.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Resolução Nº 40/68.** Manaus: Universidade do Amazonas (UA), 02 dez. 1968c.
- VASCONCELOS, E. M. O movimento de higiene mental e a emergência do Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro. *In:* VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade.** 5ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.